



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Recurso nº : 147.737
Matéria : IRPJ – EX: 1997
Recorrente : CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – GRUPO ITAÚ
Recorrida : 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP
Sessão de : 28 de fevereiro de 2007
Acórdão nº : 103-22.896

IRRF. ANTECIPAÇÃO. RENDIMENTO SUJEITO AO AJUSTE ANUAL. RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA. Tal como se verifica em relação aos demais tributos sujeitos a lançamento por homologação, o direito de o contribuinte pleitear a restituição de imposto retido na fonte, como antecipação do devido na declaração de ajuste anual, decai com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador, que se completa em 31 de dezembro de cada ano. Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário interposto por CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – GRUPO ITAÚ,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara, do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER
PRESIDENTE

ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 02 ABR 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, FLÁVIO FRANCO CORRÊA, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, LEONARDO DE ANDRADE COUTO e PAULO JACINTO DO NASCIMENTO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24

Acórdão nº : 103-22.896

Recurso nº : 147.737

Recorrente : CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – GRUPO ITAÚ

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto por CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – GRUPO ITAÚ em face de r. decisão proferida pela 8ª TURMA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO DE SÃO PAULO – SP I, assim ementada:

“Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1996

Ementa: RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA.

O prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição de tributo extingue-se após o transcurso do prazo de cinco anos, contado da data do pagamento.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1996

Ementa: RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA.

O prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição de tributo extingue-se após o transcurso do prazo de cinco anos, contado da data do pagamento.

Solicitação indeferida.”

O caso foi assim relatado pela Delegacia Regional de Julgamentos recorrida,
verbis:

“Trata-se de Manifestação de Inconformidade interposta em face do Despacho Decisório de fls. 13 a 15, em que se apreciou a Declaração de Compensação de fls. 01/02, protocolizada em 29 de novembro de 2002, de débito referente à estimativa mensal de IRPJ do período de apuração de outubro de 2002 com créditos decorrentes de pagamento efetuado em 29/02/1996 a título de IRPJ sobre lucro inflacionário.

2.A autoridade competente para apreciação do pedido, decidiu (fl. 15):

“pela não-homologação da compensação do débito referente à estimativa mensal de IRPJ do período de apuração de outubro de 2002 com o pagamento de IRPJ sobre o lucro inflacionário efetuado em 29/02/1996, em virtude do recurso do prazo do direito do interessado ao crédito pleiteado neste processo.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Acórdão nº : 103-22.896

3. O contribuinte foi cientificado a respeito do teor do despacho supracitado em 12/11/2003, conforme AR de fls. 17.

4. Em sua Manifestação de Inconformidade (fls. 18 a 22), protocolizada em 09/12/2003, o suplicante, em relação ao indeferimento, reclama:

4.1. O decisório deveria ser reformado, pois a contagem do prazo decadencial somente se iniciaria quando os recolhimentos tornaram-se indevidos, o que não precisaria, necessariamente, corresponder à data do efetivo recolhimento da exação.

4.2. Não haveria de se falar em contagem do prazo previsto no AD nº 96/1999, pois o prazo para se pleitear a compensação administrativa deve ser contado da data em que o pagamento tornou-se indevido, que no caso seria a data da desistência da ação (27/08/2002) e não do efetivo pagamento.

4.3. Tendo em vista que o pagamento do IR sobre lucros inflacionários somente teria se tornado indevido quando a petionária não teria mais direito à utilização dos expurgos inflacionários no período-base de 1994, ou seja, após a desistência da ação ocorrida em 27/08/2002, não haveria que se falar em prescrição do direito de pleitear a restituição/compensação em 29/11/2002, três meses após o reconhecimento do pagamento indevido."

A r. decisão acima ementada manteve o r. despacho de indeferimento do pedido de restituição/compensação proferido pela DERAT/SP, a fundamento de que o termo inicial da contagem do prazo para repetição do indébito relativo ao IRPJ (IRRF) seria a data do recolhimento respectivo, a teor do disposto no AD n. 96, de 26.11.1999, cujo entendimento teria sido ratificado pela Lei Complementar n. 118, de 09.02.2005.

Em sede de recurso voluntário, a Recorrente reitera as razões de sua manifestação de inconformidade, em especial no que tange à inocorrência de decadência de seu direito de pleitear a compensação de valores recolhidos a maior ao erário público.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Acórdão nº : 103-22.896

V O T O

Conselheiro ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO – Relator:

O recurso voluntário interposto é tempestivo, pelo que dele toma-se conhecimento.

Esse Relator entende particularmente que, nas hipóteses de tributos sujeitos ao lançamento por homologação, tais como o IRPJ, o prazo prescricional/decadencial para pleitear a restituição destes é de cinco anos, contados da data da homologação do lançamento, que, se for tácita, ocorrerá após cinco anos da realização do fato gerador — sendo irrelevante, para fins de cômputo do prazo prescricional/decadencial, a causa do indébito. No entender desse Relator, as conclusões da r. decisão *a quo* são válidas para fatos geradores ocorridos apenas a partir de 09.06.2005, ante a edição da Lei Complementar n. 118/05, o que não ocorre no caso dos autos. Desse entendimento pessoal não destoa a jurisprudência pacificada pelo E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, *verbis*:

REsp 830698 / SP ; RECURSO ESPECIAL
2006/0051445-9

Relator(a)

Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI (1124)

Órgão Julgador

T1 – PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento

15/08/2006

Data da Publicação/Fonte

DJ 31.08.2006 p. 256

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELA 1ª SEÇÃO DO STJ, NA APRECIAÇÃO DO ERESP 435.835/SC. LC 118/2005: NATUREZA MODIFICATIVA (E NÃO SIMPLESMENTE INTERPRETATIVA) DO SEU ARTIGO 3º. INCONSTITUCIONALIDADE DO SEU ART. 4º, NA PARTE QUE DETERMINA A APLICAÇÃO RETROATIVA. ENTENDIMENTO CONSIGNADO NO VOTO DO ERESP 327.043/DF. **COMPENSAÇÃO**. TRIBUTOS DE DIFERENTES ESPÉCIES. SUCESSIVOS REGIMES DE **COMPENSAÇÃO**. APLICAÇÃO RETROATIVA OU EXAME DA CAUSA À LUZ DO DIREITO SUPERVENIENTE. INVIALIDADE. TAXA SELIC. LEGALIDADE. JUROS. SÚMULA 188/STJ.

1. A 1ª Seção do STJ, no julgamento do ERESP 435.835/SC, Rel. p/ o acórdão Min. José Delgado, sessão de 24.03.2004, consagrou o entendimento segundo o qual o prazo prescricional para pleitear a restituição de tributos sujeitos a lançamento por homologação é de **cinco** anos. contados da data da homologação do lançamento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Acórdão nº : 103-22.896

que, se for tácita, ocorre após **cinco** anos da realização do fato gerador — sendo irrelevante, para fins de cômputo do prazo prescricional, a causa do indébito. Adota-se o entendimento firmado pela Seção, com ressalva do ponto de vista pessoal, no sentido da subordinação do termo a quo do prazo ao universal princípio da actio nata (voto-vista proferido nos autos do ERESP 423.994/SC, 1ª Seção, Min. Peçanha Martins, sessão de 08.10.2003).

2. O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar os arts. 150, § 1º, 160, I, do CTN, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a “interpretação” dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal. Portanto, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência.

3. O artigo 4º, segunda parte, da LC 118/2005, que determina a aplicação retroativa do seu art. 3º, para alcançar inclusive fatos passados, ofende o princípio constitucional da autonomia e Independência dos poderes (CF, art. 2º) e o da garantia do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI). Todavia, no julgamento do ERESP 327.043/DF, a 1ª Seção entendeu que o dispositivo é aplicável às ações propostas a partir da data da sua vigência, com o que ficava dispensada a declaração de sua inconstitucionalidade. Ressalva, no particular, do ponto de vista pessoal do relator, no sentido de que cumpre ao órgão fracionário do STJ suscitar o incidente de inconstitucionalidade perante a Corte Especial, nos termos do art. 97 da CF.

(...)

No mesmo sentido:

AgRg no REsp 827485 / RJ ; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2006/0052028-7

Relator(a)

Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

Órgão Julgador

T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento

29/06/2006

Data da Publicação/Fonte

DJ 17.08.2006 p. 324

Ementa

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. PIS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. LC Nº 118/2005. ART. 3º. NORMA DE CUNHO MODIFICADOR E NÃO MERAMENTE INTERPRETATIVA. NÃO-APLICAÇÃO RETROATIVA. POSIÇÃO DA 1ª SEÇÃO. DESNECESSIDADE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA PELO STJ.

1. Agravo regimental contra decisão que negou seguimento a recurso especial por



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Acórdão nº : 103-22.896

entender que a pretensão da autora não estava prescrita em ação que se busca a **compensação** do PIS.

2. Uniforme na 1^a Seção do STJ que, no caso de lançamento tributário por homologação e havendo silêncio do Fisco, o prazo decadencial só se inicia após decorridos **cinco** anos da ocorrência do fato gerador, acrescidos de **mais** um quinquênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Estando o tributo em tela sujeito a lançamento por homologação, aplicam-se a **decadência** e a prescrição nos moldes acima. Não há se falar em prazo prescricional a contar da declaração de constitucionalidade pelo STF ou da Resolução do Senado. Aplica-se o prazo prescricional conforme pacificado pelo STJ, idest, a corrente dos **cinco mais cinco**.

3. A ação foi ajuizada em 08/04/1996. Valores recolhidos, a título de PIS, no período de 02/90 a 10/94. Não transcorreu, entre o prazo do recolhimento (contado a partir de 04/1986) e o do ingresso da ação em juízo, o prazo de 10 (dez) anos. Inexiste prescrição sem que tenha havido homologação expressa da Fazenda, atinente ao prazo de 10 (dez) anos (5 + 5), a partir de cada fato gerador da exação tributária, contados para trás, a partir do ajuizamento da ação.

4. Quanto à LC nº 118/2005, a 1^a Seção deste Sodalício, ao julgar os EREsp nº 327043/DF, em 27/04/2005, posicionou-se, à unanimidade, contra a nova regra prevista no art. 3º da referida LC. Decidiu-se que a LC inovou no plano normativo, não se acatando a tese de que a citada norma teria natureza meramente interpretativa, limitando-se sua incidência às hipóteses verificadas após sua vigência, em obediência ao princípio da anterioridade tributária.

5. "O art. 3º da LC 118/2005, a pretexto de interpretar esses mesmos enunciados, conferiu-lhes, na verdade, um sentido e um alcance diferente daquele dado pelo Judiciário. Ainda que defensável a "interpretação" dada, não há como negar que a Lei inovou no plano normativo, pois retirou das disposições interpretadas um dos seus sentidos possíveis, justamente aquele tido como correto pelo STJ, intérprete e guardião da legislação federal. Tratando-se de preceito normativo modificativo, e não simplesmente interpretativo, o art. 3º da LC 118/2005 só pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência" (EREsp nº 327043/DF, Min. Teori Albino Zavascki, voto-vista).

6. Desnecessidade de apreciação da constitucionalidade do art. 4º da LC nº 118/2005 pelo STJ, mas sim adequá-la ao caso concreto em face da forte jurisprudência corrente nesta Corte.

7. Agravo regimental não-provrido.

Contudo, em que pese o entendimento pessoal supra, esse E. Conselho de Contribuintes assentou o entendimento de que nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, inclusive o IRPJ/IRRF, o prazo para o contribuinte formular pedido de restituição/compensação respectivo extingue-se em cinco anos contados da ocorrência do fato gerador; no caso o dia 31 de dezembro de cada ano-calendário. *Verbis:*

Número do Recurso: 142527



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Acórdão nº : 103-22.896

Câmara: QUARTA CÂMARA

Número do Processo: 10640.001817/2002-93

Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO

Matéria: IRPF

Recorrente: JOSÉ LIMA DA SILVA (ESPÓLIO)

Recorrida/Interessado: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG

Data da Sessão: 19/10/2005 00:00:00

Relator: Pedro Paulo Pereira Barbosa

Decisão: Acórdão 104-21045

Resultado: DPPU - DAR PROVIMENTO PARCIAL POR UNANIMIDADE

Texto da Decisão: Por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar a decadência relativamente ao ano-calendário de 1997.

Ementa: IRRF - ANTECIPAÇÃO DO DEVIDO NA DECLARAÇÃO - RENDIMENTO SUJEITO AO AJUSTE ANUAL - DECADÊNCIA DO DIREITO DE PLEITEAR A RESTITUIÇÃO - O direito de o contribuinte pleitear a restituição de imposto retido na fonte, como antecipação do devido na declaração de ajuste anual, extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador, que se completa em 31 de dezembro de cada ano. Recurso parcialmente provido.

No mesmo sentido:

Número do Recurso: 138639

Câmara: QUARTA CÂMARA

Número do Processo: 10783.002868/98-24

Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO

Matéria: IRF

Recorrente: RECAUCHUTADORA COLATINENSE S.A.

Recorrida/Interessado: 4ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I

Data da Sessão: 08/07/2005 00:00:00

Relator: Meigan Sack Rodrigues

Decisão: Acórdão 104-20875

Resultado: NPU - NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE

Texto da Decisão: Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso.

Ementa: IRRF - RESTITUIÇÃO - DECADÊNCIA - O prazo para pleitear a restituição/ compensação do Imposto de Renda Retido na Fonte indevidamente é contado com base no artigo 165, inciso I, combinado com o artigo 168, inciso I, do CTN. Recurso negado.

Portanto, consideradas as datas de ocorrência do fato gerador do tributo cujos valores se pretende restituir e de requerimento administrativo de restituição apresentado, é de se reconhecer estar decadente o direito da Recorrente de pleitear o resarcimento de valores recolhidos ao erário público a título de IRPJ no ano-calendário de 1996.

A alegação da Recorrente no sentido de que “*o pagamento do imposto de renda sobre o lucro inflacionário somente se tornou indevido quando da perisência da ação*” não merece



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 16327.004173/2002-24
Acórdão nº : 103-22.896

provimento, ante a total ausência de provas nos autos nesse sentido. Com efeito, a Recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar nas defesas por ela apresentadas: (i) que o pedido de restituição refere-se especificamente a IRPJ recolhido sobre lucro inflacionário; (ii) que tal lucro teria sido gerado por conta de correção de balanços autorizada por tutelas liminares concedidas em demandas judiciais; (iii) que referidas tutelas permaneceram vigentes até o alegado pleito de desistências das ações judiciais. Vale ressaltar que não há prova nos autos sequer sobre a existência de tais demandas, visto que não foram juntados pela Recorrente quaisquer das peças processuais ou mesmo extratos de andamento respectivos.

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do recurso voluntário interposto para negar-lhe provimento.

Sala das Sessões-DF, em 28 de fevereiro de 2007

ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO